

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo Class.: Pacto Amazônico
 Data 16.07.78 Pg.: 25

Em Torno do Pacto Amazônico ^{r>r} 16.7.78

RÔMULO ALMEIDA

A história das tentativas de interferências e das idéias de internacionalização da Amazônia é antiga. A partir da 2ª Guerra Mundial, assistimos a algumas investidas. Ainda não cessado o conflito, já cogitavam lá fora de solução para os problemas dos refugiados europeus, através da ocupação dos espaços vazios. O ministro João Alberto, uma espécie de embaixador itinerante, percebeu esse perigo para a Amazônia e o transmitiu ao presidente Vargas. Daí surgiu a criação, em 1945, da Fundação Brasil Central, sob a presidência de seu inspirador. A FBC estabeleceu seu quartel-general em Aragarças, construída para esse fim na confluência do rio das Garças com o Araguaia. Durante o Governo Dutra, a convite de João Alberto, participei do Conselho Diretor dessa entidade pioneira. Revi então meu julgamento sobre o outrora malsinado coronel João Alberto. Um outro esteio da Fundação foi o sanitarista Manuel José Ferreira. E Noel Nutels, creio, surgiu com ela, ao lado dos irmãos Vilas Boas.

A Fundação Brasil Central tinha uma técnica de atuação bastante eficiente, na limitação dos seus recursos. Seu primeiro objetivo era assentar linhas de postos avançados coincidindo com pontos de pouso do Correio Aéreo Nacional, estabelecido pelo brigadeiro Eduardo Gomes, entre os quais se iam abrindo caminhos pioneiros por terra. Esses postos davam suporte à conexão aérea entre o Sul e a Amazônia, à qual se desenvolveria também para carga, devendo assim alcançar os países limítrofes. Esses "centros de apoio rural", a rigor, de apoio na selva, dariam base para um povoamento progressivo, econômico, não megalômano nem destruidor, como o promovido recentemente, com efeitos desastrosos do ponto de vista social e ecológico. A pesquisa era uma preocupação da FBC, desde que a marcha da borracha, durante a guerra, revelou quão precário era o conhecimento da região e de como ocupá-la.

Posteriormente, veio o famoso plano da Hileia Amazônica, cujo patrocínio pelas Nações Unidas, através da Unesco, com promessas de generosa ajuda internacional, escondia uma cabeça de ponte dos países com desenvolvimento científico e tecnológico superior. O ex-presidente Artur Bernardes, então deputado, liderou uma campanha

nacionalista contra a tentativa, a qual, com evidente apoio popular, conseguiu evitá-la.

Durante o 2.º Governo Vargas, tratou-se de lançar um programa novo para a Amazônia, desafio que fascinava o Presidente, desde quando, uma década atrás, no Governo anterior, havia lançado a "marcha para o Oeste" e a Fundação Brasil Central. Discutia-se em 1952 a lei que criaria a Superintendência da Amazônia e pensava o Governo em estabelecer as diretrizes de uma política amazônica e de alguns programas básicos, inclusive no plano da cooperação internacional entre os países amazônicos. Uma conferência técnica inter-administrativa (União, Estados, Territórios e Municípios) e aberta, isto é, com a colaboração de estudiosos, reuniu-se durante cerca de três meses no Rio, levantando o estado do conhecimento e reunindo indicações para o futuro órgão. Tive também a oportunidade de coordenar essa reunião, ao lado do historiador Artur César Ferreira Reis, que funcionou como secretário-geral e depois selecionou certo número de contribuições num volume publicado pela Imprensa Oficial. Desde que trabalhei no Acre em 1941, sempre estive ligado à Amazônia. Nessa oportunidade reunimos um grupo reservado no Itamarati, com representação de diversos órgãos, para estudar os aspectos internacionais, e propor uma política internacional amazônica.

Com Juscelino veio a Belém-Brasília e, no período Andreazza, as Transamazônicas, em cuja concepção — e aí está um aspecto positivo — estava inserta a idéia de conexões com os países vizinhos. Infelizmente, o irrealismo do projeto, na época em que foi lançado, condenou a Nação a um desperdício e à não realização de projetos menos ambiciosos e mais efetivos.

Depois veio o plano do Hudson Institute, dirigido pelo famoso Herman Kahn. Tratava-se de mobilizar a mais moderna e revolucionária tecnologia básica, para desenvolver projetos tecnológicos de grande impacto no domínio da natureza amazônica. Por exemplo: explosões nucleares para desviar rios, inverter seu curso, preparar condições para espetaculares aproveitamentos de energia, e para a drenagem de várzeas para a agricultura; laboratórios, fábricas e centros locais de informações flutuantes. As usinas de Ludwig, que recém foram enclachadas no rio Jari, de-

vem ter sido dessa prometida safra fantástica.

Realmente impressionantes eram as idéias e a inteligência dos cientistas congregados naquele mosteiro da ciência, num sítio maravilhoso isolado pela floresta à beira do rio Hudson, ao norte de Nova York. Tive a chance de ser convidado para um seminário de um número reduzido de eleitos. Um cenário do mundo kahniano. Os prodígios da ciência. Mas, a serviço de quem? Senti-me na obrigação de transmitir as informações, por intermédio da embaixada, ao Estado-Maior das Forças Armadas, bem como a dois amigos: o general Jurandir Mamede, que era comandante da Amazônia, e o historiador Artur César Ferreira Reis, que era governador do Estado do Amazonas. Curioso é que, levando a informação pessoalmente ao general Mamede, no Rio, numa estada dos dois ali, cerca de dois meses depois de a ter enviado por mensagem cifrada ao Estado-Maior, o comandante da Amazônia estranhou que ainda não a tivesse recebido pelo conduto oficial.

Os supertécnicos do Instituto Hudson não davam a impressão de solércia imperialista, mas antes da genialidade científica ingenuamente a serviço de um ideal internacional de acesso do mundo subdesenvolvido ao milagre tecnológico. Já haviam comovido personagens de alguns países amazônicos, quem sabe se nossos patriotas também. Talvez, se pudessemos empreitá-los, competindo com os Departamentos de Defesa e de Estado dos Estados Unidos, para colaborar aqui com nossos cientistas, seriam muito úteis, esses privilegiados cérebros que ali encontrei.

E AGORA, O PACTO AMAZÔNICO?

E agora, o pacto amazônico? — Considero-o um sucesso relativo se superou as suspeitas a respeito do Brasil e abriu o caminho para um efetivo intercâmbio, conhecimento recíproco e colaboração na pesquisa e ação. A imaturidade política dos países da América Latina, a começar pelo próprio Brasil, impede alcançar um esforço integracionista, ou seja, mais que um acordo de aproximação, intercâmbio e desejo de negociar, a que está reduzido o pacto assinado.

Rômulo Almeida é economista, ex-parlamentar, ex-membro do Comitê dos Nove da "Aliança para o Progresso" e ex-assessor do presidente Vargas (década de 50).